

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA - RS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ILMO (A) SR (A) PREGOEIRO (A),

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Objeto: "Contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular, no Município de Vacaria/RS".

FOTOSENSORES® TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 73.688.517/0001-99, sediada à Av. Rogaciano Leite, nº 1040, CEP.: 60.810-786, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, vem, através de seu representante legal que ao final subscreve, nos termos do Art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 12 do Dec. 3.555/00, bem como do item 11.1 do edital, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e motivos que passa a expor:



I. Da Tempestividade

Nos termos do art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, qualquer licitante é parte legítima para impugnar o edital de licitação, devendo, no entanto, fazê-lo até **segundo dia útil anterior** da data fixada para abertura dos envelopes de proposta e habilitação. De tal modo, é tempestiva a presente impugnação.

II. Dos Vícios do Edital

Cumpramos ressaltar, inicialmente, que a Administração Pública está adstrita, em todos os seus atos, a preceitos constitucionais que garantem sua lisura e higidez. Todavia, o Edital de Pregão Presencial nº 29/2014 apresenta vícios que podem macular a legalidade do processo, conduzindo-o à sua nulidade, tais como:

1. Exigências técnicas restritivas e sem justificativa

1.1 Exigência de 3 (três) laços por faixa indutiva monitorada

1.2 Exigência de equipamentos com dimensões mínimas pré-estabelecidas (30 cm de altura por 50 cm de largura) e exibição de velocidades de 1 km/h a 250 km/h, não previstas em lei.

Devido à presença de referidos vícios, o presente edital deve ser alterado a fim de garantir a ampla competitividade, a isonomia e a legalidade do certame.



1. Exigências técnicas restritivas e sem justificativa

1.1 Exigência de 3 (três) laços por faixa indutiva monitorada

No Anexo VIII – TERMO DE REFERÊNCIA, os itens 6.4.1.4 e 6.4.2.4 que tratam das funcionalidades dos equipamentos, apresentam a mesma redação destacada a seguir:

“III- Deverá ser colocado 3 (três) laços por faixa indutiva monitorada.”

Ocorre, porém, que o Edital está fazendo exigência que RESTRINGE O CARÁTER COMPETITIVO da licitação em comento. Ora, não há razão alguma para que a municipalidade defina a quantidade de laços indutivos do equipamento que deva ser instalado no que se refere ao contrato oriundo desse certame, pois o interesse da Administração Pública acerca do procedimento licitatório deve ser o RESULTADO positivo ao bem público e não o MEIO/INSTRUMENTO a ser utilizado para tanto.

Ademais, não há no instrumento editalício qualquer justificativa para a opção dessa exigência porque, em verdade, não há nenhuma vantagem técnica no uso dos três laços, muito pelo contrário, pois qualquer técnico capacitado na matéria poderá atestar que não há necessidade de uso de um terceiro ou quarto laço para garantir a eficiência do equipamento que já foi amplamente testado e aprovado pelo INMETRO. Existem outras tecnologias mais modernas e eficazes que são suficientes para cumprir as determinações impostas pelo Edital 29/2014.

O Próprio Edital, por meio do Projeto Básico, traduz a necessidade de implantação de um sistema de fiscalização automática, pautando-se na MODERNIZAÇÃO do trânsito do Município de Vacaria/RS, o que não se configurará se mantida a exigências restritivas sem amparo técnico e legal que denota um direcionamento que pode favorecer tecnologia já conhecida do município. É o que se vê:

A implantação de fiscalização automática fundamenta-se, principalmente, nos seguintes pontos:

- a) Educação para o trânsito;*
- b) Manutenção do baixo número de acidentes de trânsito;*
- c) Aumento da frota de veículos nos últimos anos;*

K

- d) O contínuo crescimento do município e conseqüentemente do tráfego de veículos automotores;
- e) A necessidade de conscientizar e educar a população para um trânsito seguro;
- f) A conscientização das vantagens da automação no processo de fiscalização;
- g) A utilização de alternativa mais viável e coerente para o controle automático de infrações;
- h) Continuar a modernização do trânsito do Município de Vacaria com a utilização de tecnologia já reconhecidamente consolidada.

Por outro lado, a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assim se manifesta:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)” (destaques nossos)

Os Tribunais pátrios também demonstram entendimento nesse sentido, conforme se observa da ementa adiante transcrita:

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE OMISSÕES E INFORMAÇÕES IMPRECISAS NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO. PREGÕES PRESENCIAIS NºS 020/2010 E 021/2010. **INDICAÇÃO DE MARCA DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO A SER LICITADO. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE,**

IMPESSOALIDADE E ISONOMIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA. (TJ-RN - Remessa Necessária: 31573 RN 2011.003157-3, Relator: Des. Osvaldo Cruz, Data de Julgamento: 11/10/2011, 2ª Câmara Cível) (grifos inovados)

O que se percebe do texto legal é que há vedação de quaisquer procedimentos que frustrem o caráter competitivo da licitação, ou ainda que sejam impertinentes/ irrelevantes para o objeto do contrato.

Acerca do presente Edital, vislumbra-se que não é necessária exigência de 3 laços por faixa para que o equipamento de fiscalização de trânsito obtenha o desempenho esperado pelo Município de Vacaria/RS. Portanto, tal exigência se encontra fora dos limites da licitude.

Qual a motivação, portanto, para que haja a referida exigência editalícia? Tal designação causa prejuízo ao Município tanto por impedir que empresas com tecnologia diversa e mais moderna possam apresentar o resultado almeja, como por restringir o caráter competitivo do processo licitatório, haja vista que muitas empresas utilizam 2 laços indutivos por faixa, mas possuem equipamento aprovado pelo INMETRO e suprem os requisitos finalísticos que o presente certame exige.

Salienta-se que esta exigência denota ainda mais o direcionamento quando se constata que no edital não há qualquer referência a apresentação de Portaria de Aprovação de Modelo de Equipamento nos termos da Portaria 115 de 29 de junho de 1998 do INMETRO que estabelece as condições a que devem satisfazer os medidores de velocidade para veículos automotores e da Portaria de Aprovação de Registro de Conformidade para a Construção, Montagem e Funcionamento de Sistemas Automáticos não Metrológicos de Fiscalização de Trânsito nos termos da Portaria 372 de 19 de julho de 2012 do INMETRO. Exigências compatíveis com a lei nos termos do inciso IV do artigo 30 da Lei 8.666/93, com amparo técnico uma vez que o INMETRO é o órgão encarregado de aprovar esse tipo de equipamento após realizar vários testes de laboratório e de campo e usualmente utilizadas em editais para contratação de serviços por meio de equipamentos de fiscalização eletrônica como os ora licitados.

Apenas como exercício intelectual, na tentativa de entender os motivos não explicitados que poderiam ensejar a necessidade do equipamento apresentar três laços indutivos, supomos que a intenção seja ratificar, confirmar a velocidade medida por meio de um terceiro laço. Nesse caso, teríamos que salientar que o objetivo da Administração Pública é unicamente medir a velocidade para fins de fiscalização e tal

exigência ainda caracteriza um direcionamento e contraria a legislação do INMETRO que não considera a necessidade de confirmação da velocidade, conforme ofício a seguir:



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Ofício nº 811 /Dimel

INMETRO/SITAD/NÚMERO DO PROTOCOLO
52600_06115612007

Duque de Caxias, 23 de outubro de 2007.

A Ilma.
Sra Jackeline de Azevedo
Fotosensores Tecnologia Eletrônica Ltda.
Av. Rogaciano Leite, 1040 – Salinas
CEP: 60.810-000 - Fortaleza - CE

Prezada Senhora,

Em resposta a vossa consulta, recebida via fax em 16 de outubro de 2007, cumpre-nos informar que não faz parte das competências legais do Inmetro estabelecer ou proibir eventuais exigências em editais de licitação externos ao Inmetro, mesmo quando estas referirem-se a instrumentos regulamentados metrologicamente.

Quanto ao recurso especificado em vossa consulta, de ratificação da velocidade medida através da identificação do perfil magnético ou utilização de um 3º laço indutivo, informamos que o Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro n.º 115/98, que trata dos instrumentos medidores de velocidade de veículos automotores, estabelece que todo instrumento deve fornecer como resultado da medição, uma única velocidade.

Considerando que este recurso se resume, na prática, a realização de uma segunda medição para confirmação da velocidade originalmente medida, ratificamos que sua utilização não está prevista na legislação específica, e por consequência, é inadmissível.

Atenciosamente,


LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS
Diretor de Metrologia Legal do Inmetro

Destarte, não há como negar que a cláusula atacada extrapola os limites da razoabilidade, lesa princípios legais e constitucionais, além de atentar contra o interesse público, razão pela qual deve ser excluída referida exigência restritiva e direcionada.

1.2 Exigência de equipamentos com dimensões mínimas pré-estabelecidas (30 cm de altura por 50 cm de largura) e exibição de velocidades de 1 km/h a 250 km/h, não previstas em lei.

Além da exigência dos 3 laços, há um outro item no Termo de Referência que aparece como possibilidade de impedimento de execução do contrato ou continuidade dos serviços, mas sem qualquer especificação ou exigência mínima descrita no documento – Trata-se do subitem 6.4.1.3 do Termo de referência, que exige o seguinte:

“Devem ser dotados de display de LEDs de alta luminosidade para indicar a velocidade, possuindo o mesmo três dígitos numéricos, permitindo a exibição de velocidades de 1km/h à 250km/h. As dimensões mínimas devem ser de 30 cm de altura por 50 cm de largura.”

Não há nas especificações técnicas dos equipamentos nenhuma referência à necessidade dos mesmos apresentarem exibição de velocidade nos termos mencionados, bem como nas dimensões mínimas exigidas.

Também não se encontra no edital qual a justificativa para tais exigências que demonstram ser tão relevantes a ponto de dar azo a interrupção do contrato se não forem atendidas.

Os critérios técnicos de um processo licitatório destinam-se à avaliação das propostas, sendo necessária a demonstração do nexo entre a exigência ou a valoração estabelecida e o benefício que se pretende obter com tal contratação, a fim de que não haja qualquer aspecto técnico irrelevante para o objeto pretendido.

Ocorre que, no caso em deslinde, o edital apresenta falhas, vez que não há qualquer tipo de justificativa acerca das exigências feitas – **dando ensejo à ocorrência de fraude e de direcionamento no processo licitatório.**

Ou seja, não se pretende um projeto básico meramente formal, com intuito único de atender ao frio texto da lei – é necessário um projeto que **contemple, além a LEGALIDADE, a transparência da licitação.**

Sobre o tema, vejamos o teor do art. 6º inc. IX da Lei nº. 8.666/93:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com **nível de precisão adequado**, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas **indicações dos estudos técnicos preliminares**, que **asseguem a**

viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, **SEM FRUSTRAR O CARÁTER COMPETITIVO PARA A SUA EXECUÇÃO**;

A respeito traz-se a precisa doutrina de Marçal Justen Filho:

*O projeto básico não se destina a disciplinar a execução da obra ou serviço, mas a **demonstrar a viabilidade e a conveniência de sua execução**. Deve evidenciar que os custos são compatíveis com as disponibilidades financeiras;"*

No mesmo caminho, o Tribunal de Contas da União já bem apontou:

"A legislação determina que o projeto básico, relativamente a obras, deve conter os seguintes elementos:

- desenvolvimento da solução escolhida;
- soluções técnicas globais e localizadas;
- identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra;
- informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos;

9.3.8. em suas licitações, promova detalhamento do objeto com nível de precisão adequado, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, possibilitando a avaliação dos custos e da definição dos métodos de execução dos serviços, conforme preceitua o art. 6º, inciso IX, do da Lei 8.666/93; AC-2561-47/04-2 Sessão: 08/12/04 Grupo: II Classe: III Relator: Ministro BENJAMIN ZYMLER.

9.2.2. abstenha-se de utilizar, ao elaborar o projeto básico previsto no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, especificações contidas em propostas

apresentadas por empresa interessada, sob pena de possível caracterização de direcionamento da contratação, **devendo preparar o mencionado projeto com base em suas reais necessidades, devidamente justificadas por estudos técnicos;**

Informações AC-0827-18/07-P Sessão: 09/05/07 Grupo: II Classe: VII
Relator: Ministro AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI - Fiscalização

Zelee para que seus editais obedeçam ao disposto no art. 7º, § 5º, da Lei no 8.666/1993, no sentido de que **não haja restrição a competitividade ou direcionamento de licitação** resultante de indevida preferência por marca específica de equipamento de informática, ou **pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas desses equipamentos, em ambos os casos sem justificativa técnica.**

Acórdão 481/2007 Plenário

Faça constar do respectivo procedimento, na hipótese de optar pela padronização de produtos, **justificativa respaldada em comprovação inequívoca de ordem técnica**, apresentando estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e o interesse da Administração, considerando as condições de operação, manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

Acórdão 539/2007 Plenário"

Porém, ao edital em tela vê-se claramente a **inocorrência de um projeto básico ou termo de referência provido de tais predicados**, pois **não contempla a JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS.**

E exigências sem a correta justificativa técnica conduzem ao único entendimento de haver indícios de **direcionamento**.

As restrições acima elencadas não contribuindo para um melhor desempenho do objeto contratual, sendo, na verdade, um conjunto de aspectos técnicos **RESTRITIVOS**, que acabam por **DIRECIONAR O EDITAL PARA EMPRESAS QUE EVENTUALMENTE POSSUEM TAIS CARACTERÍSTICAS.**

É evidente que a Municipalidade não possui as condições técnicas, ou ao menos não as apresenta, que demonstrem a razão destes requisitos mínimos, baseados principalmente em configurações **obscuras** e **irrelevantes** para o objeto da licitação.

Além disso, da simples análise ao site do INMETRO (www.inmetro.gov.br), consegue-se obter, através das Portarias, os dados dos equipamentos de algumas fabricantes de equipamentos de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular e, o que se conclui é que cada fabricante possui um modelo, não podendo se exigir configurações tão específicas como as contidas no edital.

Veja abaixo a lista de fabricante e especificações dos modelos:

DESCRIÇÃO	VELSIS	KOPP	SPLICE	SPLICE
DIMENSÕES DOS DÍGITOS DO DISPOSITIVO INDICADOR(ALTURA)	290MM	400mm	254MM	400MM
DIMENSÕES DOS DÍGITOS DO DISPOSITIVO INDICADOR(LARGURA)	165MM	150mm	144MM	224MM
FAIXA DE INDICAÇÃO DE VELOCIDADE(KM/H)	1km/h a 225km/h			
MODELO		KMLI-1a, KMLI-1b, KMLI-1c, KMLI-1d, KMLI-2a, KMLI-2b, KMLI-2c, KMLI-2d, KMLI-2e, KMLI-2f,	MOD. II PARA SPL-R4	MOD. III PARA SPL-R4
PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO		Portaria INMETRO/DIMEL n.º 155, de 16 de setembro de 2002	Portaria INMETRO/DIMEL /Nº 273 ,de 19 de dezembro de 2006	Portaria INMETRO/DIMEL/Nº 273 ,de 19 de dezembro de 2006

Ora, **somente as empresas fabricantes destes equipamentos poderiam afirmar o motivo destas configurações**, o que demonstra o vício do Projeto Básico ao não apresentar a devida justificativa!

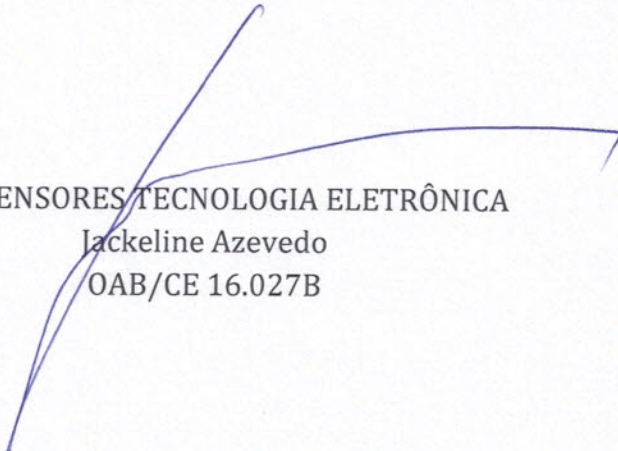
E, por tais razões, deve ser revisto o edital e **apresentadas as justificativas para todas as especificações técnicas previstas e a exclusão das exigências restritivas e direcionadas** – conferindo transparência e legalidade à licitação.

III. Dos Pedidos

Por todo o exposto, requer a Impugnante sejam acolhidas as razões da presente impugnação, para que, em vista das ilegalidades apontadas, esta douta autoridade proceda à retificação das cláusulas editalícias indicadas, ou, sendo o caso, a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Fortaleza- CE, 29 de abril de 2014.



FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA
Jackeline Azevedo
OAB/CE 16.027B



AGUIAR
8º Tabelionato



ESTADO DO CEARÁ
NOTÁRIOS PÚBLICOS
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituto

Livro Nº **426-P**

195

INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

SAIBAM todos quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que, aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze (**05/09/2013**), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, a este Notariado, sito na Av. Desembargador Moreira, nº 1000-A, Aldeota, compareceu perante mim - **ADAIRLA MOURA AMARANTE** - escrevente deste 8º Tabelionato Aguiar, como **OUTORGANTE** - **FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 73.688.517/0001-99, com sede à Av. Rogaciano Leite, nº 1040, Salinas, Fortaleza, Ceará, neste ato representada por seu sócio administrador, **JULIO ANTONIO MARCELLO BOFFA**, nascido em 08/02/1965, brasileiro, casado, empresário, Cédula de Identidade 15147099/SSP-SP, emitida em 21/08/1980, CPF/MF 043.324.998-67, residente e domiciliado na Rua Dr. João Maia, nº 113, ap. 82, Aclimação, na cidade de São Paulo-São Paulo, ora em trânsito nesta Capital, conforme 24º Aditivo ao Contrato Social Consolidado registrado na JUCEC sob o nº 20130885924, datado em: 18/07/2013, reconhecidos como os próprios por mim escrevente, conforme os documentos apresentados, de cujas capacidade jurídica dou fé, e por ele, representante da outorgante, me foi dito que por este instrumento nomeia e constitui seus procuradores, ora denominados **OUTORGADOS** - **JACKELINE DE AZEVEDO**, brasileira, solteira, advogada, Cédula de Identidade 2018574001/SSP-RS e inscrita na OAB/CE sob o nº 16.027-B, CPF/MF 811.669.580-00, residente e domiciliada na Avenida Padre Antônio Tomás, nº 3535, ap. 901, Cocó, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, **JUAREZ FURTADO THEMOTHEO NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, Cédula de Identidade 2002009138274 SSP/CE, e inscrito na OAB/CE sob o nº 24.408, CPF/MF 011.693.563-46, residente e domiciliado na Rua Cândido Portinari, nº 96, Cambéba, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, **LEONARDO MARANGON RAMALHO**, brasileiro, solteiro, industrial, Cédula de Identidade 25.530.738-X/SSP-SP, CPF/MF 290.915.218-99, residente e domiciliado na Rua Luiz Renda, nº 42, Jd. Maria Elmira, na cidade de Caçapava-São Paulo e **FRANCISCA JOSENILMA SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, analista de concorrências e propostas, Cédula de Identidade 2001002032316/SSP-CE, CPF/MF 993.694.513-15, residente e domiciliada na Rua Araripe Prata, nº 76, Parangaba, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, aos quais confere os seguintes **PODERES**: para, em conjunto ou separadamente, representar a outorgante perante órgãos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, entidades Autárquicas e

Escritura
Procuração
Reconhecimento
Autenticação
Ata Notarial
Testamento
Protesto
Divórcio



CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OF. DE NOTAS E 2º RTDPJ
Tabelião: **ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA**
Major Facundo, 676, Centro - Fortaleza/CE - Tel: 85 3464.5900
--- AUTENTICAÇÃO Nº 020497 ---

Intencio a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé.
08 de janeiro de 2014
Notas: R\$ 1,73 Em test. de verdade.

Isco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana Maria P. de Souza
Escritura - Reconhecimento - Autenticação - Ata Notarial - Testamento - Protesto - Divórcio

8º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Desembargador Moreira, 1.000A - Aldeota
Fortaleza - Ceará - CEP 60170-001
3466-7777
ao@cartorioaguiar.com.br
www.cartorioaguiar.com.br

CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OF. DE NOTAS E 2º RTDPJ
Tabelião: **ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA**
Major Facundo, 676, Centro - Fortaleza/CE - Tel: 85 3464.5900
--- AUTENTICAÇÃO Nº 020497 ---